

Caminhada Sinodal

Diocese de Viana do Castelo

Síntese conclusiva

1. Descrição do Processo de Recolha de Informação

A Igreja de Deus é convocada a viver em Sínodo, sob o tema: «Para uma Igreja Sinodal: comunhão, participação e missão». Sob uma modalidade inédita, traduzida num Processo Sinodal, articulado em três fases – diocesana, continental e universal –, a Diocese de Viana do Castelo foi chamada a organizar a escuta do Povo de Deus presente no seu território. A Comissão Diocesana Sinodal preparou um documento “facilitador” da reflexão que foi enviado a todos os arceparceiros e paróquias, onde se formaram grupos de maior e menor dimensão com o objetivo de refletir sobre as questões apresentadas.

Por conseguinte, após a realização da reunião paroquial ou de grupo e da reunião por arceparceiros, as sínteses arceparceiras foram enviadas para a Comissão Diocesana Sinodal. A esta Comissão Diocesana chegaram também reflexões individuais e de grupos sem estarem integrados nos grupos paroquiais ou arceparceiros. Os diferentes grupos, na sua maioria, tiveram por base as questões de reflexão apresentadas pelo documento diocesano. As conclusões do diálogo sinodal foram apresentadas no dia 18 de junho de 2022 no Centro Pastoral Paulo VI, em Darque, Viana do Castelo, na presença de 97 participantes.

1.1. Participantes na caminhada sinodal

Na caminhada sinodal estiveram envolvidos os 10 arceparceiros da Diocese de Viana do Castelo, com 2428 pessoas envolvidas em grupos de reflexão paroquial; 278 em assembleias arceparceiras e 25 em grupos informais e individuais. O que perfaz um total de participantes envolvidos de 2453. Na mesma caminhada esteve a Comissão Diocesana Sinodal com 10 elementos.

2. Análise dos resultados

2.1. Questão fundamental.

**Anunciando o Evangelho, uma Igreja sinodal «caminha em conjunto»:
como é que este «*caminhar juntos*» se realiza hoje na nossa Igreja**

particular? Que passos o Espírito nos convida a dar para crescermos no nosso «caminhar juntos», isto é, como Igreja sinodal?

De uma forma geral, destacou-se ser pouco perceptível a existência de um «caminhar em conjunto» no seio da Igreja, sendo difícil perceber a sua dimensão comunitária. Na realidade, evidencia-se existir pouca comunhão no seio das comunidades cristãs, nas quais se constata que os grupos e movimentos se encontram fechados em torno de si. Aliás, parece viver-se numa Igreja cristalizada, na qual se caminha por obrigação. Por outro lado, soa cada vez mais evidente que a Igreja, tal como a sociedade, se esvaziou de causas comuns. Todavia, não deixa de ser verdade que a Igreja vai procurando corresponder a diversas solicitações, embora tenda a fazê-lo numa perspectiva de prestação de serviços, onde cada um procura aquilo de que necessita em determinado momento, sendo que, uma vez satisfeita essa necessidade, descarta e alheia-se de tudo o resto.

De salientar ainda que, na vida eclesial, “fala-se muito, mas pouco se concretiza”. Tal se observa quando se constata que a liderança de muitos órgãos da Igreja e das estruturas locais em cada comunidade são ocupados de modo quase vitalício. Esta constatação, não retirando o mérito das pessoas que desempenham esses serviços, é acompanhada do facto de, por diversas vezes, se encontrarem assoberbadas por inúmeros trabalhos, sendo que, ao resistirem a ceder o seu espaço, comprometem qualquer tentativa de renovação. Consequentemente, esta situação contribui para a dificuldade da Igreja em reagir com celeridade às mutações sociais, tornando-se demasiado hierárquica e corporativa. E, sendo verdade que a referência à necessidade de se escutar, a realidade é que, em relação à generalidade dos fiéis, apenas se limita a confiar um papel de receptores passivos de uma mensagem sempre demasiado teológica, mas pouco humanizada.

Em detrimento disso, aponta-se para a necessidade de uma renovada visão de Igreja (e de comunidade cristã), menos centrada em multidões com presenças esporádicas, mas mais focada naqueles que de facto a vivem. Por outras palavras, urge «humanizar» a Igreja, aproximando-a da vida concreta das pessoas, acolhendo-as, sobretudo das que se encontram à margem da vida eclesial, e ajudando-as a perceberem o Evangelho a partir das suas circunstâncias. Nesse âmbito, importa promover o diálogo com os diversos setores da sociedade.

Seguidamente, apontou-se para a necessidade de, em relação à organização da comunidade cristã, propiciar-se uma maior inclusão e participação na tomada de decisões, sendo que, neste caso, indicou-se o Conselho Pastoral Paroquial como um espaço de discernimento, coordenação e de envolvimento dos seus membros e ainda a criação da figura do mediador leigo na paróquia. Outro elemento referido prende-

se com a necessidade de uma uniformização de critérios entre os clérigos por forma a uma ação mais concertada. Neste âmbito, o reforço da unidade, apontado como urgente a necessidade de líderes adequadamente formados. Também se aponta como positivo o fomento da rotatividade dos dirigentes dos diferentes grupos.

Por fim, reforçando-se a noção de que «Cristo deve ser proposto e não imposto», salientou-se a importância de cultivar uma maior humildade, abertura e transparência por parte da comunidade cristã e dos seus líderes, além da urgência em valorizar-se os ministérios laicais, com vista a existir uma maior promoção das suas funções por parte do pároco. Neste cômputo, referiu-se a urgência da catequese familiar e catequese em todas as idades.

Todos estes aspetos foram ao encontro da relevância do testemunho. Por conseguinte, afirmou-se que os agentes pastorais, sobretudo os que lidam com crianças, adolescentes e jovens, precisam de ser capazes de testemunhar a alegria, o entusiasmo e o amor a Cristo. De facto, somente pelo testemunho de cada um se conseguirá cativar os demais. Atualmente, apresentar a busca de Deus e das Suas coisas como caminho que nos livra do castigo divino é obsoleto e errôneo. Urge, pois, revelar uma Igreja portadora do olhar misericordioso e da ternura de Deus, dando sentido à vida concreta dos homens e mulheres de hoje; uma Igreja atenta, disponível e solícita aos anseios dos seus contemporâneos, assim como necessitada da presença e colaboração de cada um. Esta nova visão aportará uma necessária renovação. Testemunho dado por todos e para todos, uma vez que também foi apontada a necessidade de acompanhamento espiritual nas Paróquias pelos Párocos.

2.2. Liturgia

Como promovemos a *participação ativa* de todos os fiéis na Eucaristia? Que espaço damos à *participação* nos vários ministérios?

Tendo em conta as respostas apresentadas, indicou-se que, não raras vezes, reserva-se um papel meramente passivo à generalidade dos fiéis, avançando-se que a mentalidade dos leigos tende a reger-se pela mentalidade dos párocos. Quanto à participação nos vários ministérios, tende a entender-se tais funções como vitalícias. Também se sublinharam os entraves existentes à participação plena de algumas pessoas nas celebrações, de modo particular na Comunhão Eucarística, sobretudo às que vivem em situações «irregulares» (caso dos divorciados recasados).

Por sua vez, também se lamentou o facto de muitas celebrações eucarísticas serem pouco atrativas, por vezes melancólicas, com demasiada «cerimónia», não havendo acolhimento nas igrejas, sendo as leituras mal realizadas e as homilias

fracas e com imagens comuns, mal preparadas e repetitivas. Sublinha-se ainda o facto dos atuais horários das celebrações serem desadequados à realidade e sobrepostos nas diferentes paróquias.

Em detrimento disto, entende-se ser urgente rever a maneira como as celebrações ocorrem, desde a organização dos seus ritos até à própria linguagem, de modo a que se tornem mais compreensíveis e, como tal, mais vividas e participadas.

Entre as sugestões, contam-se: preparar bem e potenciar todos os gestos e dinâmicas, desde o cântico ao silêncio, passando pelo serviço; tal exigência requer uma coordenação entre os diversos ministérios e serviços envolvidos na preparação das celebrações; criar grupos de acolhimento; distribuir guiões com os cânticos pela assembleia; optar por cânticos apelativos e alegres; evitar, nas homilias, chavões e «palavras feitas», simplificando-se a linguagem e, eventualmente, tentando uma maior interação com a assembleia; envolver, quanto possível, os mais jovens. Ainda em relação às homilias, indicou-se ser premente recorrer a uma interpretação mais positiva da Palavra de Deus. Quanto aos horários, importa, num esforço por reler os tempos hodiernos, reajustá-los, tendo em conta a vida social e profissional das pessoas.

Com efeito, sendo a Eucaristia o centro nevrálgico da comunidade, urge cuidá-la, para que a celebração venha da vida e leve à vida na fidelidade a Cristo. Para tal, importará inculcar nos fiéis que a expressão do amor a Deus manifesta-se na oração e no serviço aos irmãos. Daí ser necessário evitar celebrações rotineiras e orações irrefletidas, repetidas até à exaustão. Verificando-se uma tentação de querer preencher cada instante com alguma oração ou dinâmica, é necessário potenciar o silêncio, antes, durante e após a celebração, por forma a possibilitar o encontro e a introspecção.

No fundo, almejar que as celebrações constituam uma experiência de intimidade com Deus e de amor fraterno, consciencializando-se para o facto da assembleia celebrante ser povo peregrino e missionário. Então, importa formar com vista a que se abandone a noção de se ser mero espectador da celebração, com a consequência de limitar-se a assistir pacificamente, como um estranho ou espectador mudo, ao desenrolar da mesma. A par destas considerações é importante celebrar a fé sem pressa e sem pressão.

Consequentemente, entende-se que o exercício dos diversos ministérios e serviços litúrgicos tem de ser assumidos com seriedade, tornando-se urgente uma formação adequada. Aqui, importa evitar a tentação do ativismo e da acumulação de funções e ministérios na liturgia pela mesma pessoa. Requer-se cuidar do exercício

dos ministérios do leitorado e do acolitado, cuidando da sua formação e evitando qualquer tipo de «exibicionismo».

Por outro lado, sendo verdade que se apontou para a necessidade de envolver os mais jovens na liturgia, também se refletiu que o seu envolvimento – de uma forma particular das crianças – deve ser ponderado conforme os casos e alvo de devida preparação, de modo a que não se comprometa a solenidade da celebração. Também se indicou a aposta na catequese de adultos e na catequese familiar como vias para atrair as famílias à vida paroquial.

Finalmente, referiu-se o cuidado por conhecer, aprofundar e acompanhar os idosos e doentes, nomeadamente através da distribuição da Comunhão Eucarística e da celebração da Santa Unção. De igual forma, deve-se cuidar por relacionar a vida litúrgica com as demais dimensões da comunidade.

Quanto ao Sacramento do Batismo, urge valorizá-lo, com a devida preparação e, quanto possível, celebração comunitária, tal como criar núcleos de formação (catecumenado) para a preparação do batismo de adultos. Também em relação às celebrações referiu-se a centralidade da adesão às celebrações de sufrágio dos mortos em relação à celebração dominical e que o corte das celebrações dos locais de culto descentralizados da igreja paroquial (capelas) pode ter levado ao afastamento dos mais idosos e com dificuldades de locomoção.

2.3. Autoridade e Participação.

Tivemos experiências frutuosas de sinodalidade a nível local? Como funcionam os órgãos sinodais a nível local? Como podemos promover uma abordagem mais sinodal na participação e liderança? Conselho Pastoral Diocesano. Conselho Pastoral Paroquial. Conselho Presbiteral. Pastoral de Conjunto no mesmo Arciprestado. Unidade Pastoral de paróquias com o mesmo pároco e com vários párocos?

Reverendo a vida pastoral das comunidades cristãs participantes no processo, algumas apontaram experiências sinodais já realizadas, contudo, também se referiu o facto de, em muitas comunidades, a experiência de sinodalidade ser praticamente nula, acrescentando-se que o único órgão onde se descortinam alguns laivos deste exercício ser o Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos.

Em seguida, refletindo-se acerca do funcionamento dos órgãos sinodais, verificou-se haver um grande desconhecimento das instâncias de decisão diocesanas – cargos/funções e suas responsabilidades. Além disso, também se nota uma

ausência de conhecimento acerca do que é a Igreja e a própria Diocese, havendo quem a confunda com a sua estrutura hierárquica. Todavia, embora se considere que o exercício da autoridade de governação na diocese não se revela «totalmente autoritário», o certo é que se lamenta a existência de uma certa estagnação em alguns cargos e respectivos grupos em torno das pessoas escolhidas.

Por conseguinte, elencaram-se inúmeras dificuldades sentidas no funcionamento dos órgãos sinodais: exercício de autoridade demasiado rígido por parte da hierarquia, cerrada na autorreferencialidade; cada grupo trabalha por si, de forma isolada e individualista, devido à ausência do Conselho Pastoral Paroquial; défice de colaboradores voluntários; apatia, desinteresse, ausência de compromisso e de adesão pessoal dos cristãos na participação na vida da comunidade, aliada à falta de promoção e de compromisso dos responsáveis; seleção de pessoas, nomeadamente de quem possui estatuto social ou académico, ou pertence a algum movimento; dificuldade em promover uma relação próxima com as pessoas, sendo que, ao invés de se procurar as pessoas, ainda se espera que elas apareçam; incapacidade de se adotar uma cultura de atenção e de escuta em relação aos outros; o facto das igrejas estarem fechadas em grande parte do tempo; por vezes capaz de escutar, mas revela-se incapaz de atuar, não conseguindo responder aos desafios hodiernos, devido ao facto de prevalecer o «costume», o que impede a partilha de opiniões e a mudança de mentalidade.

Importa ainda acrescer que o diálogo da hierarquia com os demais cristãos e entre estes nos órgãos de escuta e reflexão existentes encontra como obstáculos: o preconceito e os temas «tabus» impostos pela Igreja; a excessiva frontalidade; a mesquinhez; a falta de abertura; a dificuldade em escutar opiniões; o isolamento das lideranças; os interesses individuais que pautam muitas intervenções, a par da tentação da soberba e de se querer ser protagonista; e ainda do facto de quem pretende intervir não o fazer pelo receio de se sentir julgado ou mal-entendido pela comunidade.

Por tudo o que foi mencionado, com vista a uma abordagem mais sinodal na participação e liderança na vida das comunidades paroquiais e diocesana, urge superar o perigo de fechamento das comunidades, que ainda se revelam mal preparadas para uma mudança ou alteração das suas rotinas.

Além disso, deve-se reforçar a presença da diocese e das paróquias nos meios de comunicação social, de modo particular no mundo digital e nos diversos espaços de informação a nível local. Seguidamente, importa voltar o olhar para as estruturas existentes, potenciando-as, mediante: maior divulgação do seu funcionamento e trabalho realizado; maior partilha de responsabilidades; transparência na comunicação, tornando-a mais eficaz, tanto a nível interno como externo; revitalizar

os grupos, por meio da integração de novos membros, aptos para trazer novas ideias e fomentar o espírito crítico, atendendo-se a uma maior paridade na sua constituição; promover-se maior diálogo, ligação e cooperação entre os diversos grupos e movimentos na missão da Igreja e na organização da sua vida pastoral, com reuniões que tentem articular as diversas atividades da comunidade e de cada movimento/grupo; cultivar a cultura da humildade, com vista a evitar-se a tentação de se «apegar» a algum «cargo» ou serviço, mas vivendo a autoridade e responsabilidade atribuídas como serviço e não como poder; integrar a vida consagrada e religiosa nos movimentos e equipas das comunidades paroquiais e diocesana; e cultivar uma maior partilha e transparência de recursos humanos e económicos entre a diocese e as paróquias.

Importa ainda, tanto quanto possível, libertar os presbíteros do trabalho burocrático nas comunidades e diocese, de modo a estarem mais disponíveis para irem ao encontro das pessoas e para as acolher.

Em seguida, objetivando que os diversos grupos e movimentos eclesiais adotem uma postura assumidamente sinodal, importa: convidar os cristãos que se encontram mais afastados da vida comunitária, o que requer uma aproximação à sua vida concreta; promover um bom acolhimento, pautado pela disponibilidade, bom ambiente e escuta, que gere confiança, incluindo a todos, independentemente da sua condição pessoal ou conjugal numa postura de tolerância.

Por outro lado, devem-se abrir espaços de diálogo entre as comunidades e os órgãos/estruturas da Igreja local: diversificando-se os intervenientes; provocando-se momentos de reflexão sinodais, de modo a gerar uma comunidade que se pensa, crítica e cresce em conjunto, buscando-se uma consulta prévia, por meio das redes sociais e digitais ou dos inquéritos, o que promoveria uma maior abertura à participação da comunidade; cuidando por atender às diversas opiniões, assim como tentar que as decisões sejam tomadas de forma mais «democrática», isto é, não tão autoritária, com vista a irem ao encontro da evolução da sociedade, sem esquecer a importância da transparência na divulgação das conclusões. Tudo isto encaminha-se para a importância de se cuidar do atendimento diário nos serviços da paróquia e das propostas de acompanhamento, através da Reconciliação, direção/acompanhamento espiritual e humano, realizado num ambiente de simplicidade. E, por fim, dinamizar o diálogo com a sociedade, promovendo-se eventos que alcancem aqueles que vivem fora do núcleo eclesial; e buscando uma linguagem e metáforas que exponham de forma atrativa e eloquente a fé e a visão da Igreja.

Quanto às diversas instâncias de comunhão eclesial, referiu-se: necessidade de existência do Conselho Pastoral Diocesano, assim como do Conselho Pastoral Paroquial, cuidando da sua composição, de modo a evitar ser composto pelos

mesmos elementos que já acompanham de perto a vida da paróquia, mas que seja representativo de todas as sensibilidades, com pessoas que se encontram inseridas na comunidade paroquial, tal como outras pessoas provenientes da sociedade civil; verificou-se um desconhecimento generalizado da existência, composição e funções do Conselho Presbiteral.

De seguida, olhando para a pastoral de conjunto, indicou-se ser necessária uma vivência interparoquial, atendendo-se: à harmonização das respostas de cada paróquia, de modo a que se complementem entre si, respondendo cada uma a uma necessidade concreta e diferente (por exemplo, não marcando celebrações de Eucaristia na mesma hora em igrejas próximas); à uniformização dos critérios levados a cabo pelos presbíteros e suas comunidades; ao investimento numa programação conjunta; e ao agrupamento dos grupos de jovens por zonas.

Menciona-se ainda a premência em promover: uma maior rotatividade do clero; uma renovação dos clérigos que servem nas comunidades e nos diversos serviços, por forma a não ocuparem as mesmas funções por um tempo excessivo; uma maior fraternidade sacerdotal; e uma valorização dos ministérios laicais. No fundo, importa motivar e cooperar na Igreja local para a geração de uma cultura de comunhão fraterna.

Finalmente, quanto às unidades pastorais, entende-se como positivo e inevitável o agrupamento de paróquias sob o mesmo presbítero, o que poderá possibilitar uma maior criação de laços.

Porém, não se considera positiva uma unidade pastoral com vários párocos, receando-se que ocorra uma perda de identidade do «rebanho», dissociando-se da figura do seu pastor, devido a uma excessiva rotatividade e à diferença de personalidades entre os diversos presbíteros (o que, naturalmente, cria o risco de maior ou menor simpatia com um em detrimento do outro). Além disso, teme-se que, neste segundo formato, o papel do pároco (ou párocos) seja relegado para segundo plano, assumindo a figura de um mero avançado da comunidade, que se contrata para determinado serviço.

2.4 Formação

Como formamos os agentes pastorais para uma efetiva participação na missão da Igreja *ad intra* e *ad extra*?

Ao nível da formação que é oferecida, tanto pela diocese, como pela paróquia ou movimentos, realça-se que já existem algumas propostas formativas. Com efeito,

indicou-se, como exemplo, a catequese, onde existem formações a diferentes níveis: paroquial, diocesano e nacional. Embora se tenha apontado que ela produz os efeitos desejados para as pessoas que frequentam os momentos formativos propostos, o certo é que se apontou para uma grande falta de adesão.

Por sua vez, concluiu-se existir uma insuficiente preparação dos leigos para a recepção dos sacramentos; uma formação pouco esclarecedora na catequese; e uma ignorância acerca da sua fé por parte de muitos batizados.

Voltando o olhar para o estilo de formação que se deve adotar, entendeu-se que qualquer formação precisa de ser pensada e organizada na lógica da evangelização. Tal requer que se centre a mensagem no essencial – Cristo –, que dá enfoque à dimensão humana – educando-se para a humildade, partilha, respeito e amor –, sem esquecer a necessidade de se oferecer uma visão da doutrina e vida cristã. Tudo isto atendendo ao facto de que importa transmitir a mensagem de forma prática e ativa, isto é, a começar pelo testemunho de vida da comunidade e, sobretudo, de quem a orienta. Além disso, sendo evidente que uma mera exposição de conteúdos é limitada, importa envolver as comunidades na dinâmica formativa, fomentando o sentido de missão dos formandos. E, se o essencial, numa lógica evangelizadora, se prende com o «primeiro anúncio», requer-se a existência de grupos de oração e de meditação.

Um dos aspectos verificados traduz-se no facto de, em muitas comunidades, a formação estar limitada praticamente à catequese da infância e da adolescência.

Neste âmbito, referiu-se, por um lado, a urgência em promover-se o envolvimento das famílias no processo catequético e, por outro lado, a necessidade de evangelizar os jovens, buscando-se dinamizá-los e integrá-los na comunidade após a conclusão da catequese, tentando antes de tudo, compreender o que eles esperam da Igreja e da sua comunidade cristã, assim como esclarecer as suas eventuais dúvidas e questões. Neste sentido, entende-se ser necessário oferecer experiências diferentes e novas de evangelização às famílias e aos jovens, pensando e gerando uma pastoral com os mesmos.

No que concerne ao estilo de formação a ser desenvolvido, elencaram-se os seguintes aspetos: potenciar as celebrações litúrgicas, nomeadamente as homilias, para as quais se utilizará uma linguagem adequada à assembleia; servir-se das reuniões dos grupos, movimentos, cursos bíblicos, confrarias, comissões de festas e demais iniciativas da paróquia, direcionando a proposta formativa para a especificidade do grupo e das pessoas presentes; promover a escola de formação dos movimentos; uma vez mais, animar e organizar a catequese de adultos, entre a qual importa referir a catequese familiar, como espaços privilegiados; valorizar-se o

boletim dominical para formar e partilhar informações sobre a vida da Igreja universal e local; receber a riqueza das pessoas religiosas e consagradas; procurar que as sessões formativas sejam dinâmicas, atendendo-se à dinâmica experiencial, por meio da partilha de testemunhos de vida; utilização das tecnologias e dos meios de comunicação sociais e digitais, com vista a alcançar mais pessoas; e atender aos desafios hodiernos da sociedade, para que sejam entendidos como espaços de graça que necessitam de ser compreendidos e evangelizados. Portanto, tendo como finalidade promover experiências de encontro com Jesus e com testemunhas de vida cristã, seria importante criar laboratórios de formação, de modo a que todos – pároco e leigos – entrem num processo de formação contínua.

De facto, a formação contínua e sob a base do acompanhamento humano e espiritual impõem-se como dois pilares do que seria necessário estruturar. Além disso, com vista a que as celebrações litúrgicas constituam oportunidades de formação, importa que estas sejam bem preparadas. Face a isto, a formação deve voltar-se para a consciencialização de uma participação ativa, consciente e responsável na celebração dos vários sacramentos. Convém ainda que os encontros (mais que palestras) formativos sejam adequados à idade, condição de vida, género, educação e cultura religiosa dos participantes, além de buscarem integrar a riqueza da Igreja local.

Foram referidas necessidades de formação em: Espiritualidade, Liturgia; Catequese de Adultos; Catequistas; Ministérios; Bíblia; Educação vocacional e familiar; Diálogo com os não crentes; e os custos da formação serem assumidos pelas paróquias. Foi ainda referido a necessidade de ordenar diáconos permanentes.

Para uma eficácia e coordenação dos itinerários formativos, entende-se ser imperioso desenvolver ações de formação a nível arceprelato, assim como gerar encontros ao nível paroquial e diocesano. Tudo isto sem esquecer a necessidade de descentralização dos locais onde os encontros formativos se realizam, por forma a percorrerem e alcançarem o maior número de paróquias e cristãos da diocese.

Finalmente, mas não menos importante, tendo em conta a progressiva diminuição de clérigos, torna-se urgente chamar leigos a assumir funções que possam ser delegadas por parte do pároco, sendo, para tal, indispensável apostar na formação de colaboradores para os diferentes organismos, grupos e movimentos da paróquia.

O caminho da escuta e do discernimento implica assumir riscos e atitudes no sentido da procura da Comunhão. Pode acontecer que alguns não se revejam neste texto, no entanto, a comissão diocesana tentou aqui refletir tudo quanto foi referido

nos diferentes grupos de reflexão. Nesta síntese, desejamos ter encontrado a voz de todos para melhor conseguir fazer caminho rumo à Verdade.

De facto, tal como refere o Papa Francisco na Homilia da Celebração de abertura a este grande sínodo, «Jesus chama-nos – como fez com o homem rico do Evangelho – a esvaziar-nos, a libertar-nos daquilo que é mundano e também dos nossos fechamentos e dos nossos modelos pastorais repetitivos, a interrogar-nos sobre aquilo que Deus nos quer dizer neste tempo e sobre a direção para onde Ele nos quer conduzir». Sejam peregrinos enamorados do Evangelho, abertos às surpresas do Espírito Santo. Não percamos as ocasiões de graça do encontro, da escuta recíproca, do discernimento. Com a alegria de saber que, enquanto procuramos o Senhor, é Ele quem primeiro vem ao nosso encontro com o seu amor».

A Comissão Sinodal Diocesana